



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

COMUNICADO

A AOFA E O ANUNCIADO PROTESTO NAS UNIDADES A 21 DE JANEIRO

A Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), a propósito do anunciado protesto de Militares nas Unidades, agendado para o próximo dia 21 de janeiro, vem esclarecer :

1. O anunciado protesto não tem, naturalmente, origem na AOFA, reiterando que as nossas posições oficiais, em toda e qualquer circunstância e sobre toda e qualquer matéria são e serão sempre expressas por escrito, em papel timbrado e devidamente assinado por um representante do Conselho Nacional, devidamente mandatado para o efeito, ou através de atos públicos (entrevistas, seminários, intervenções públicas, conferências de imprensa ou outros) em que os dirigentes da AOFA se apresentam, sempre, de cara destapada não se escusando dessa forma a assumir as responsabilidades e consequências inerentes aos seus atos.

2. A AOFA, estrutura legalmente constituída, devidamente organizada e representativa de Oficiais das Forças Armadas Portuguesas no Ativo, Reserva e Reforma (a única existente em Portugal) reitera que este tipo de iniciativas anónimas, não se constituindo nem se enquadrando na nossa forma de estar e de agir, resultam exclusivamente do posicionamento e políticas profundamente erradas deste Governo, bem como dos que o antecederam, de incumprimento reiterado das leis vigentes, de recusa reiterada ao diálogo e à negociação com as Associações Socioprofissionais Militares, de inação ou ação perniciosas relativamente à resolução dos múltiplos e crescentemente graves problemas com que se debate a Instituição Militar e, de forma muito particular, os que afetam as Mulheres e Homens que nas Forças Armadas Servem Portugal e os Portugueses.

3. A AOFA reitera ainda que ao longo dos anos e de forma sistemática tem vindo a alertar os representantes do denominado "poder político" para a gravidade dos seus atos concretos que, quer por ação quer por inação, demonstrando uma irresponsabilidade assinalável, têm agravado de forma muito substancial, nalguns casos muito para lá daquilo que é prática num Estado de Direito Democrático que se pretende e exige Soberano, as Condições de Trabalho, Carreiras, Segurança, Apoio na Doença, Ação Social Complementar, Remunerações e Dignificação da Condição Militar no seu todo, colocando dessa forma, deliberadamente, em causa o Pilar dos Pilares da Soberania Nacional que se constituem as Forças Armadas, realidade tão mais gravosa quanto se sabe que, de há muito, Portugal já hipotecou por completo a sua Soberania Política e Económica.

4. Face ao exposto e sendo por demais conhecido da generalidade dos Portugueses o estado inegavelmente Insustentável em que se encontram as Forças Armadas Portuguesas e o (de há muito) indifereçável mal-estar que grassa entre a generalidade dos Militares, ao qual os Governos, mais do que não dar respostas, teimam em agravar

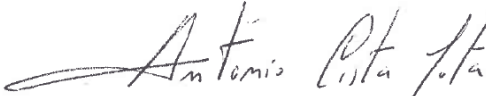
perigosamente as situações, a AOFA não só não estranha a multiplicação crescente de iniciativas do tipo da anunciada para dia 21 de janeiro como as compreende e considera mesmo inevitáveis, numa perspetiva que só pode ser, assim o desejamos, encarada por "quem de direito" como sinais muito fortes do descontentamento real que grassa nas fileiras e que se as políticas não forem urgente e radicalmente alteradas poderão conduzir a resultados imprevisíveis.

5. O Governo, bem como os seus antecessores, começa pois a colher os frutos das suas tóxicas sementeiras, parecendo confirmar a sua opção inequívoca pela afronta aos Militares e pela escusa da resolução dos problemas através do diálogo e negociação com quem se apresenta "de cara destapada", constituindo-se dessa forma como o único responsável por atos que, de forma mais ou menos descontrolada, venham, porventura, a verificar-se num futuro mais ou menos próximo.

6. De uma coisa pode a generalidade dos Portugueses estar ciente e absolutamente confiante. Os Oficiais das Forças Armadas, através da AOFA, bem como os restantes Militares devidamente enquadrados através das suas Associações representativas, permanecem interessados e disponíveis, a bem do Superior Interesse Nacional mas igualmente, de forma legítima, na defesa dos seus Direitos e Expectativas a assumir um posicionamento irrepreensível de responsabilidade e de "Militares (cada vez mais) Unidos".

Trafaria, 19 de janeiro de 2020

O Presidente



António Augusto Proença da Costa Mota

Tenente-Coronel